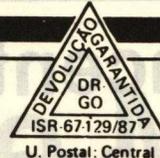


IMPRESSO



ASSOCIAÇÃO GOIANA  
DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO

# boletim



U. Postal: Central

Órgão Informativo e Cultural da AGMP

ANO XII

AGOSTO/OUTUBRO/88

Nº 75

## As aspirações do Ministério Público

Em discurso que proferiu durante jantar comemorativo dos 21 anos da Associação Goiana do Ministério Público, no dia 26 de agosto, na presença do governador Henrique Santillo, o procurador José Pereira da Costa, presidente da entidade, destacou os pontos principais para o cumprimento das novas obrigações da Instituição:

1 - O Ministério Público assume maiores responsabilidades na defesa do meio ambiente, dos direitos do consumidor e do patrimônio artístico, estético, paisagístico e turístico nacional.

2 - A Instituição e a Classe estão fortalecidas para promover uma adequada repressão à criminalidade em geral, particularmente aquela que se caracteriza como violenta.

3 - O Judiciário e o Ministério Público têm que cumprir o seu dever, processando e julgando todos aqueles que violam as leis. Para que isso se concretize, de maneira satisfatória, o Estado deve dar-lhes meios necessários.

4 - Não se reclamam benesses, não se pleiteiam privilégios. O que se pede é apenas o mínimo necessário para possi-



Dr. José Pereira destaca as novas funções do Ministério Público e renova suas esperanças na Instituição



Dr. Amaury de Sena Ayres garante que a Classe não será injustiçada na sua luta por melhorias

bilitar a satisfação dos deveres funcionais.

5 - Compete à legislação estadual a complementação do ordenamento constitucional federal. Temos confiança que projetos adequados para fazer face às necessidades da Instituição e da Classe serão elaborados pela Procuradoria Geral de Justiça.

6 - Reivindicamos a breve instalação e o efetivo funcionamento da Escola Superior do Ministério Público. Para tanto, é imprescindível a franca colaboração dos diversos órgãos do Governo Estadual.

7 - Esperamos que o Ministério Público deixe logo de ser, ele próprio, estabelecimento de aperfeiçoamento de mão-de-obra qualificada em benefício de outras carreiras funcionais.

8 - Esperamos a definição de critérios justos e duradouros capazes de assegurar remuneração condigna aos representantes do Ministério Público, sem a necessidade de serem desenvolvidas repetidas e desgastantes gestões no sentido de obter melhorias.

# Incentivo não beneficia aposentado do MP

A gratificação de incentivo funcional prevista na Lei nº 10.621/88, no percentual de 20% sobre o vencimento ou remuneração, não abeneficia o membro do Ministério Público que concluiu curso de especialização em quaisquer das áreas do Direito após haver caído na inatividade.

Segundo interpretação da Procuradoria Geral de Justiça, que já indeferiu alguns pedidos, a vantagem pecuniária de que trata a lei é aplicada somente sobre os estímulos do Promotor ou Procurador de Justiça em atividade, a título de estímulo, visando a que se qualifique melhor para o exercício de suas funções, ou de retribuição àquele

agente do "parquet" que procurou se aperfeiçoar para exercê-las com mais eficiência.

Argumenta o Procurador Geral de Justiça, Dr. Amaury de Sena Ayres, que, embora a lei estadual estabeleça, em caráter permanente, paridade entre ativos e inativos, em dispositivo tido como inconstitucional através de decisão publicada na RTJ nº 112, às fls. 400, "a verdade é que a gratificação em foco constitui vantagem pessoal que só integrará os proventos do servidor que tinha direito a tal benefício ao tempo da aposentadoria".

## Notas e Informações

### NOVO FORUM

O Dr. José Ferreira Cruz, Juiz de Direito Diretor do Forum da Comarca de Jataí, convidando para as solenidades de inauguração e entrega do novo prédio do Forum da cidade, sito à Rua Riachuelo, s/nº, às 10 horas do dia 30 de outubro próximo.

### MEDICINA

Eleita e empossada, no dia 6 de outubro, a diretoria do Conselho Regional de Medicina, para o período de 1988/1993, que ficou assim constituída: Presidente: Edson Nunes Vieira; Vice-Presidente: Darlan Rassi; 1º Secretário: Adriano Alfredo Brocos Auad; 2º Secretário: Antonio José de Araújo, e Tesoureiro: Dejan Rodrigues Nonato.

### PSICOLOGIA

Em cerimônia realizada no Auditório do Fórum de Goiânia, no dia 5.8.88, aconteceu a colação de grau dos bacharelados da Faculdade de Psicologia da Universidade Católica de Goiás, turma Norton Godinho Leão. Entre os formandos, a presença alegre de Simo-

ne da Silva Rates, filha do Dr. Haroldo Rates Pereira e Juraci da Silva Rates (ele Procurador de Justiça aposentado).

### ASSESSORIA

A Procuradora de Justiça, Myrthes de Almeida Guerra Marques, ex-Presidente da AGMP e que recentemente se aposentou, foi empossada no cargo de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça, para servir no gabinete do desembargador Juarez Távora de Azêredo Coutinho.

### COMPETÊNCIA

Com a nova Constituição em vigor, iniciativa da ação penal pública passou a ser de exclusiva competência do Ministério Público. Com isto, foi revogado o artigo 53 e seguintes do Código de Processo Penal e também a Lei 4.611/65, que asseguravam, nas contravenções penais e nos homicídios e lesões corporais culposos, que a ação penal poderia se iniciar tanto pelo flagrante como por portarias baixadas pelo Juiz de Direito ou pelo Delegado de Polícia.

# Valdemes indicado para receber medalha

O escritor goiano Valdemes Ribeiro de Menezes, Promotor de Justiça da Comarca de Inhumas, teve o seu nome indicado para receber a medalha Pero Vaz de Caminha "em razão de sua presença como cidadão atuante nas iniciativas beneméritas e cívicas". O ato solene de entrega da comenda acontecerá no dia 27 de outubro, às 20:30 horas, no salão nobre do Clube Naval, em Brasília.

A Insígnia "Pero Vaz de Caminha" representa uma homenagem ao primeiro jornalista do mundo, instituído para perpetuar o histórico feito português, qual seja a Descoberta do Brasil, tão bem descrita pelo Escrivão-Mor da esquadra de Pedro Álvares Cabral.

Quem faz a condecoração é o Instituto Histórico e Cultural Pero Vaz de Caminha, entidade civil, declarada de utilidade pública pelos governos federal, estadual e municipal, com delegacia na Capital da República. Assina o comunicado o diretor-presidente do Instituto, Francisco Coelho Marques de Abreu, e o convite, o delegado de Brasília, Agildo Mangabeira Guimarães.

Os ilustres condecorados devem comparecer à cerimônia vestidos de smoking ou casaca com condecorações e os convidados, passeio completo. A solenidade começa às 20 horas, com a recepção, seguindo-se a entrega de comendas, às 20:30 horas e, às 22:30 horas, coquetel de encerramento.

A homenagem ao Dr. Valdemes Ribeiro de Menezes foi em consequência do seu livro "A briga de Pedro", obra de pesquisa sobre o Descobrimento do Brasil, um dos raros trabalhos do gênero para crianças.

## Movimentação no Ministério Público

A movimentação dos membros do Ministério Público durante os meses de agosto, setembro e outubro é a seguinte:

### Promoções ao cargo de Procurador de Justiça

Dr. Alarico Araújo Caldas - 6º Promotor de Justiça de Anápolis; Dr. Pedro Tavares Filho - 2º promotor de Justiça de Quirinópolis; Dr. José Armino Seixas de Castro - Promotor de Justiça da Comarca de Goiânia, indicada à promoção.

### Remoção

Dr. Nilo Mendes Guimarães - Promotor de Justiça de Luziânia, ao cargo de Promotor de Justiça de Anápolis, 5ª Promotoria.

### Exonerações

Dr. Elpídio Donizetti Nunes - Promotor de Justiça de Corumbaba, exonerado a pedido, para assumir a Magistratura de Minas Gerais; Dr. Jackson Rafael Campomizzi - Promotor de Justiça de 1ª Entrância de Itajá, exonerado a pedido, para assumir o Ministério Público de Minas Gerais.

### Aposentadoria

Dr.ª Myrthes de Almeida Guerra Marques - Procuradora de Justiça.

### Requereram aposentadoria

Dr. Mauro de Freitas Corrêa - Procurador de Justiça; Dr. Alarico de Araújo Caldas - Procurador de Justiça; Dr. Reynaldo Edreira Martins - Procurador de Justiça; Dr. Henrique Barbacena Neto - Procurador de Justiça; Dr. Grijalva Valente de Barros - 2º Promotor de Catalão.

## EXPEDIENTE

Associação Goiana do Ministério Público  
AGMP  
(Art. 265 da Lei nº 9.991/86)

### DIRETORIA

Presidente: DR. JOSÉ PEREIRA DA COSTA  
1º Vice-Presidente: DR. JOSÉ LENAR DE M. BANDEIRA  
2º Vice-Presidente: DR. CELSO CAVALCANTE BATISTA  
1ª Secretária: DRA. MARLI RODRIGUES DE ATAÍDES  
2ª Secretária: DR. NIDION ALBERNAZ  
1º Tesoureiro: DR. EUEDES DE AZEVEDO MACHADO  
2ª Tesoureira: DRA. HELEN DRUMOND NUNES  
Dir. Rel. Públicas: DR. ELSI DIAS BARBOSA

### CONSELHO FISCAL

DR. MÁRIO RIBEIRO MARTINS  
DR. JOSÉ ALVES PEREIRA  
DR. OSVALDO NASCENTE BORGES

### SUPLENTE

DR. ALCIDES DIAS SOUTO  
DR. NILO MENDES GUIMARÃES  
DR. JOÃO PELLER

### DEPARTAMENTOS

Diretor Patrimonial: (VAGO)  
Diretor Cultural: DR. ERCÍLIO FERREIRA DOS SANTOS

Diretor Esportes: DR. JOVIRO ROCHA  
Diretor Social: DR. ARI DE OLIVEIRA  
Diretor Assistência Jurídica: DR. AZIZ AMÉRICO DE ARAÚJO  
Diretor Serviço Assistência Médica - SAMP: DR. J. J. DA SILVA BARRÁ

### BOLETIM

Diretor: DR. ERCÍLIO FERREIRA DOS SANTOS  
Editor: JORN. JOSÉ PITA JÚNIOR  
● Redação: Rua R-11, 791 - Setor Oeste, fone 251-1644, CEP 74.320 - Goiânia - GO

● Sede Recreativa: Rua T-29, 1.758, esq. c/Av. T-9, Setor Bueno, fone 251-1262  
● Casa do Promotor: Rua 10, 169 - Setor Oeste  
● Gabinete Odontológico: Rua R-11, 791 - Setor Oeste, fone 225-3093  
● Biblioteca: Rua R-11, 791 - Setor Oeste, fone 251-1644  
● SAMP: Rua R-11, 791 - Setor Oeste, fone 225-3093  
● Sede Administrativa: Rua R-11, 791 - Setor Oeste, fone 251-1644

Diagramação: Donizeth J. Rodrigues (Kaska)  
Composição, artes, fotolitos e impressão: Gráfica e Editora O Popular, fone (062) 241-5533

# Novas obrigações do MP

O 21º aniversário da Associação Goiana do Ministério Público, transcorrido no dia 25 de agosto, foi comemorado no dia 26 com um lauto jantar de confraternização, na sede social e recreativa da AGMP, no Setor Bueno, a partir das 20 horas. Quase todos os membros da Instituição prestigiaram a festa que teve como convidado especial o ilustre governador Henrique Santillo e auxiliares.

Os dois únicos oradores foram o Procurador José Pereira da Costa, Presidente da Associação, e o Dr. Amaury de Sena Ayres, Procurador Geral de Justiça. O primeiro destacou as conquistas da Classe e alinhou os pontos principais para o cumprimento das novas obrigações dos membros do Ministério Público. O segundo falou do firme propósito do Governo em saldar o seu compromisso com a classe e lembrou o atendimento de algumas reivindicações da Classe. O pronunciamento do Presidente da AGMP é o que segue:

Nesta noite, que para a classe tem um especial significado, reúnem-se jubilosamente os membros do Ministério Público goiano.

O objetivo maior do encontro é a comemoração dos vinte e um anos de fundação da sua entidade de classe, a Associação Goiana do Ministério Público.

Trata-se de uma efeméride importante. Nesse longo período a entidade cresceu e, o que é mais importante, afirmou-se como lúdima representante do **parquet** goiano.

Não foram poucas as campanhas desenvolvidas pela AGMP. Não foram poucas as vitórias por ela alcançadas.

Mas também houve insucessos. Muitas conquistas, obtidas com árduo e perseverante trabalho, ruíram, sem qualquer razão plausível, diante da insensibilidade de alguns governantes.

Por isso mesmo, as lutas não cessam. Nem a classe esmorece diante das dificuldades que lhe são opostas.

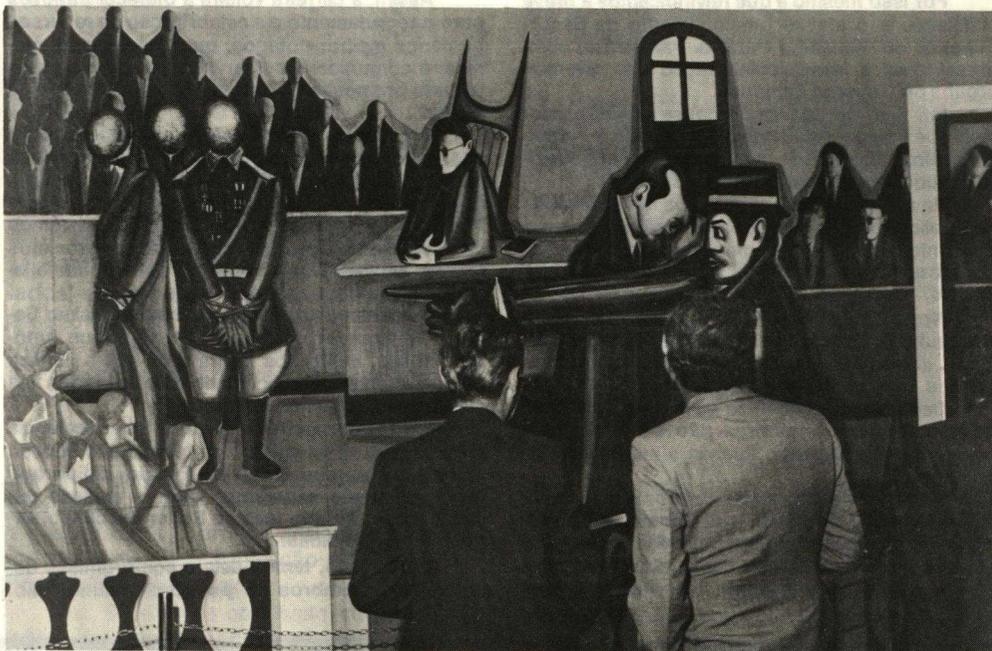
O mesmo acontece em nível nacional. O Ministério Público é uma instituição em permanente e acelerada evolução.

Na medida em que a sociedade reclama a sua maior participação na resolução dos problemas que a afligem, o Ministério Público passa a exigir um instrumental mais adequado para o cumprimento de suas novas obrigações.

No momento, acompanham-se, com especial interesse, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

No que toca à instituição, observa-se que o Ministério Público ganha uma maior dimensão.

A Carta lhe confere novas e ampliadas atribuições, ao mesmo tempo em que consagra aos seus representantes maiores garantias, mais predicamentos.



Governador Henrique Santillo e Procurador José Pereira da Costa apreciam o painel de D. J. Oliveira retratando o Tribunal do Júri, pintado numa das paredes internas da sede social e recreativa da AGMP

Os direitos difusos, protegidos pela chamada ação civil pública, ganham, no texto já aprovado, um tratamento especial. O Ministério Público deve assumir maiores responsabilidades na defesa do meio ambiente, dos direitos do consumidor e do patrimônio artístico, estético, paisagístico e turístico nacional.

Esses bens, essenciais à sociedade e à qualidade da vida das pessoas, têm sido repetidamente agredidos, sem uma resposta adequada, que o Ministério Público, estamos certos, vai oferecer.

A instituição e a classe vão estar fortalecidas para promover uma adequada repressão à criminalidade em geral, particularmente aquela que se caracteriza como violenta.

A comunidade, entre temerosa e estarecida, vê crescerem os números relativos aos seqüestros, aos assaltos, aos latrocínios, aos estupro, reagindo, não raro, com linchamentos. Identifica-se aí um paradoxo: a mesma sociedade que não aceita a pena de morte, oficialmente imposta, lincha e mata, através da reação popular, aqueles

que são flagrados no cometimento de delitos graves.

Mas não é esta a justiça que se deseja. O Judiciário e o Ministério Público têm que cumprir o seu dever, processando e julgando todos aqueles que violam as leis. Para que isso se concretize, de maneira satisfatória, o Estado deve dar-lhes os meios necessários. Não se reclamam benesses, não se pleiteiam privilégios. O que se pede é apenas o mínimo necessário para possibilitar a satisfação dos deveres funcionais.

A Carta Constitucional, em fase final de votação, dá tratamento adequado ao Ministério Público, aprimora a instituição, confere garantias aos seus membros.

É certo que à legislação estadual compete a complementação do ordenamento constitucional federal.

Temos confiança, porém, de que o Exmº Sr. Dr. Procurador Geral de Justiça, desempenhando as funções do seu cargo, elaborará, oportunamente, os projetos adequados para fazer face às necessidades da instituição e da classe.

A propósito, a Associação Goiana do Minis-



Governador Henrique Santillo (C), Dr. Antônio Nery (Diretor do Forum de Goiânia), Cícero Porto (Chefe do Gabinete Civil) e Godofredo Sandoval (Secretário Particular do Governador)



Governador Henrique Santillo conversa com o Desembargador Lafaiete da Silveira, então Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, durante jantar na AGMP

tério Público oferece a colaboração de sua diretoria e, certamente, da quase totalidade de seus filiados para a preparação dos aludidos projetos. Assentados sobre bases ideais, sem fisiologismos, estes hão de merecer o apoio e a aprovação dos poderes Executivo e Legislativo, aprimorando o instrumental jurídico específico.

A essa melhoria instrumental há de corresponder igual aperfeiçoamento dos recursos humanos alocados no setor.

Por isso mesmo é que reivindicamos a breve instalação e o efetivo funcionamento da Escola Superior do Ministério Público. Para tanto, é imprescindível a franca colaboração dos diversos órgãos do Governo Estadual.

Em face da relevância dessa questão, cremos que a necessidade de dispêndio de recursos financeiros, em volume modesto, não será obstáculo à concretização do empreendimento.

Do mesmo modo, esperamos que o Ministério Público deixe logo de ser, ele próprio, estabelecimento de aperfeiçoamento de mão-de-obra qualificada em benefício de outras carreiras funcionais.

Nos últimos anos, Promotores e Procuradores de Justiça do Estado de Goiás têm sofrido intensa defasagem salarial relativamente a outras classes, principalmente a Magistratura.

Desse modo, são altos os índices de evasão da carreira, cujos quadros não se estabilizam, ocorrendo permanente, intensa e indesejável renovação.

Merecem nossos aplausos, por isso mesmo, as providências adotadas pela Constituinte ao estabelecer o princípio da isonomia de vencimentos entre as classes funcionais com atribuições iguais ou semelhantes, ao mesmo tempo em que veda

a concessão de benefícios remuneratórios especiais, aplicados em cascata, gerando graves distorções vencimentais, que privilegiam alguns em detrimento de muitos.

Com isso, esperamos a definição de critérios justos e duradouros capazes de assegurar remuneração condigna aos representantes do Ministério Público, sem a necessidade de serem desenvolvidas repetidas e desgastantes gestões no sentido de obter melhorias.

Assim, a carreira voltará a oferecer atrativos para o recrutamento e a estabilização de recursos humanos melhor dotados, qualificados para oferecer à comunidade os serviços de que ela precisa para promoção da pronta e eficaz realização da justiça.

Estamos convictos de que alcançaremos os nossos objetivos, principalmente porque mantemo-nos unidos na defesa de princípios comuns de interesse da instituição e da classe. A nossa união é fator imprescindível na luta que travamos cotidianamente e que se identificará nos próximos meses, em razão da elaboração constituinte e legislativa que ocorrerá nesse período.

A presença entre nós do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Henrique Antônio Santillo, muito nos honra e dá-nos a certeza de que o teremos como aliado e colaborador nas campanhas a que nos referimos.

Em oportunidades anteriores Sua Excelência já manifestou o seu apreço pelo Ministério Público e por seus representantes no Estado, daí porque justificadamente esperamos que as nossas reivindicações, no que toca ao Poder Executivo, serão por ele acolhidas.

A propósito, temos dele o compromisso de atribuir aos membros do **parquet** remuneração

paritária como a conferida aos membros da Magistratura Estadual.

Acreditamos que a oportunidade para tanto virá ao se estabelecerem novos padrões vencimentais para as duas classes, após a promulgação da futura Constituição, de acordo com as prescrições nela contidas.

Agradecemos, pois, a presença do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Henrique Antônio Santillo, a quem tributamos deferência pela postura de administrador honesto e voltado para as causas maiores do Estado e do seu povo.

Agradecemos também a presença do Exm<sup>o</sup> Sr. Procurador Geral de Justiça, Dr. Amaury de Sena Ayres, que, como chefe da instituição, tem-se a ela dedicado integralmente, conduzindo-se com reconhecido acerto.

Por igual honra-nos o comparecimento das demais ilustres autoridades e convidados especiais, sustentáculo do brilhantismo desta reunião festiva.

Agradecemos ainda a presença de todos os colegas e de seus respectivos cônjuges, que comparecem em elevado número, mostrando a coesão da classe, sendo de se registrar que muitos não se fizeram presentes. Uns, em razão das grandes distâncias que os separam desta capital. Outros, dada a necessidade de permanecerem nas comarcas por exigências do serviço. Mas todos formulam conosco, neste dia de festa, os melhores votos de prosperidade para nossa querida AGMP. Disso temos certeza.



Parte da mesa de autoridades e salão de festas onde foi servido o jantar de confraternização de aniversário da AGMP



Procuradores e Promotores de Justiça e familiares e convidados participam do jantar de confraternização de aniversário da AGMP

## A promessa de tratamento especial

“A maior justiça é tratar com igualdade os desiguais”. Com esta frase o Procurador Geral de Justiça, Dr. Amaury de Sena Ayres, fechou o seu discurso de improviso durante jantar comemorativo dos 21 anos de fundação da Associação Goiana do Ministério Público, ocorrido na noite do dia 26 de agosto, na sede social e recreativa da entidade.

A colocação foi feita em resposta ao pronunciamento do Presidente da AGMP, Dr. José Pereira da Costa, que reivindicou um tratamento especial para a classe com base em compromisso anteriormente assumido pelo governador Henrique Santillo. “Temos certeza que nenhum membro do Ministério Público duvidará da palavra do Governador. Ele já assegurou que nós haveremos de ter outras garantias não para o exercício de nossa função mas para transmitirmos a todos os jurisdicionados das nossas comarcas”, lembrou Amaury.

### GRATIDÃO

O Chefe do Ministério Público reconheceu que o Governador do Estado já fez muito pela Instituição e que ainda há de fazer mais,

“pelo que lhe somos gratos, os membros do MP”.

Segundo Amaury, quando Henrique Santillo assumiu o Governo, Procuradores e Promotores de Justiça recebiam 6% de quinquênio passando depois para 8% e hoje recebem 10%; recebiam três salários-mínimos como 13º salário e hoje recebem um vencimento integral como 13º; há poucos dias sancionou lei concedendo às mulheres do MP quatro meses de repouso à gestante; concedeu auxílio moradia de 20% para os Promotores de Justiça das comarcas do interior e também auxílio funcional. Além disso, foi o primeiro a olhar a Instituição e defendê-la publicamente, porque viu nela os mesmos objetivos de seu Governo.

### TÓPO DA ESCADA

Iniciando o discurso, o Procurador Geral de Justiça fez um retrospecto de atuação da família Santillo em Goiás, lembrando que ela veio de São Paulo para realizar aqui um trabalho honrado e digno. “Os irmãos Santillo chegaram em tenra idade e demonstraram a que vieram”, afirmou.

No exercício da política, depois de se ele-

ger vereador e prefeito de Anápolis, deputado estadual e senador da República, Henrique Santillo conseguiu sobressair-se entre os poucos brasileiros que, em Brasília, enfrentaram os inimigos da Pátria nos tempos negros do autoritarismo. Ele brilhou ao lado das maiores estrelas nacionais como Tancredo Neves, Paulo Brossard, Orestes Quércia, Franco Montoro, Pedro Simon e outros.

Como Governador de Goiás, Henrique Santillo tem lutado pela grandeza de nosso Estado, superando os desafios que surgem através de uma política democrática de entendimento e de justiça, mesmos objetivos perseguidos pelo Ministério Público. “Cada membro da Instituição é, pelo exercício da própria função e pela opção de carreira, um defensor intransigente da Justiça”.

Por isso – finaliza Amaury de Sena Ayres –, “queremos ver Vossa Excelência no tópo da escada, porque, como diz o filósofo: o degrau da escada não foi inventado para repouso, mas apenas para sustentar o pé enquanto o homem coloca o outro pé em posição mais elevada”.

# Concurso Procurador Miguel Cirqueira

"Aspectos Evolutivos do Ministério Público na Nova Constituição Brasileira" é o tema do Concurso Procurador Miguel Cirqueira deste ano, promovido a nível nacional pela Associação Goiana do Ministério Público. As inscrições continuam abertas até o dia 31 de janeiro de 1989, na sede administrativa da AGMP, à Rua R-11 nº 791, Setor Oeste, em Goiânia.

De acordo com o regulamento do concurso, aos autores que, na classificação geral, obtiverem o 1º, 2º e 3º lugares, serão conferidos prêmios, em dinheiro, equivalente a 40 (quarenta), 30 (trinta) e 20 (vinte) OTNs, respectivamente, convertidas em cruzados.

## REGULAMENTO

A Associação Goiana do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no art. 31 de seus Estatutos e em homenagem à memória do Procurador de Justiça Dr. Miguel Cirqueira, promove o Concurso anual de Trabalhos Jurídicos, relativo ao ano de 1988, que se regulamenta pelas seguintes normas:

Art. 1º - O Concurso tem âmbito nacional, podendo dele participar os integrantes efetivos dos Ministérios Públicos dos Estados, da União e do Distrito Federal e Territórios.

Art. 2º - Os trabalhos concorrentes versarão o tema: "ASPECTOS EVOLUTIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA NOVA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA".

Parágrafo único - No mencionado tema, a ser desenvolvido em toda amplitude, deverão ser abordados aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais, com citações comparativas da legislação anterior e estrangeira, devendo demonstrar, igualmente, originalidade e profundidade conceitual, bem como pureza e correção na linguagem e, ainda, a indicação da fonte bibliográfica pesquisada.

Art. 3º - Somente concorrerão traba-

lhos inéditos, apresentados em 4 (quatro) vias datilografadas em espaço 2 (dois), contendo cada página, pelo menos, 30 (trinta) linhas, com o mínimo de 35 (trinta e cinco) laudas.

Art. 4º - A inscrição dos candidatos concretizar-se-á com a simples entrega do respectivo trabalho na sede da Associação Goiana do Ministério Público, à Rua R-11 nº 791, Setor Oeste (CEP - 74.000), Goiânia-GO., até o dia 31 de janeiro de 1989.

Parágrafo único - Os não filiados à entidade promotora deverão encaminhar seus trabalhos através da Associação do Ministério Público a que estiverem vinculados, salvo se, na área respectiva, inexistir esse órgão de classe, caso em que a remessa poderá ser feita diretamente, pelos interessados, ao endereço indicado no caput deste artigo.

Art. 5º - Os trabalhos deverão ser assinados sob pseudônimo e apresentados em invólucro fechado, que também conterá outro envelope lacrado, subscrito com o pseudônimo, nome e endereço completos do autor e a indicação do Ministério Público a que pertence.

Art. 6º - Uma comissão composta de três juristas convidados pelo Presidente da Associação promotora, com o referendo da Diretoria, julgará os trabalhos concorrentes.

§ 1º - A Comissão Julgadora elegerá seu Presidente e decidirá por maioria de votos.

§ 2º - Em caso de empate na votação, prevalecerá o voto de qualidade do Presidente.

Art. 7º - A Comissão Julgadora definirá os critérios a serem observados para a apreciação e valoração do mérito dos trabalhos, vedadas as decisões de empates e qualquer alteração no esquema de premiação estabelecido.

§ 1º - É permitida a recusa, parcial ou total, da classificação de trabalhos cujo nível seja considerado insatisfatório, a crité-

rio da Comissão Julgadora.

§ 2º - A decisão da Comissão, em qualquer caso, é irrecorrível.

Art. 8º - Serão desclassificados os trabalhos que descumprirem as exigências consignadas no presente regulamento.

Art. 9º - O prazo para a apresentação das conclusões, pela Comissão Julgadora, será de 30 (trinta) dias, contados da data da entrega dos trabalhos a seus integrantes, permitindo-se a prorrogação, por tempo suficiente à finalização dos estudos, a pedido da mencionada Comissão.

Art. 10 - Aos autores que, na classificação geral, obtiverem o 1º, 2º e 3º lugares, serão conferidos prêmios, em dinheiro, equivalente a 40 (quarenta), 30 (trinta) e 20 (vinte) OTNs (Obrigações do Tesouro Nacional), respectivamente, convertidas em cruzados.

Art. 11 - Apresentadas as conclusões pela Comissão Julgadora, os candidatos classificados serão identificados pela Diretoria da Associação promotora.

Art. 12 - Os prêmios serão entregues, aos respectivos vencedores em sessão solene previamente anunciada, para a qual os interessados serão pessoalmente convidados.

Art. 13 - Independentemente dos resultados obtidos, nenhum trabalho será devolvido ao autor, reservando-se à Associação o direito de divulgá-lo, no todo ou em parte, em órgão de publicação jurídica.

Art. 14 - A inscrição dos candidatos implica em prévia aceitação das condições estabelecidas neste regulamento.

Art. 15 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria da Associação Goiana do Ministério Público.

Goiânia, 31 de agosto de 1988

**JOSÉ PEREIRA DA COSTA**  
PRESIDENTE DA AGMP

## Condolências pela morte do Prof. Orlando Gomes

"Traduzindo unânime sentimento pesar integrantes AGMP, manifestado Assembléia Geral Extraordinária dia 29 de julho último, apresentamos condolências colegas esse Estado falecimento saudoso Professor Orlando Gomes. Solicitamos transmitir nossos pêsames familiares ilustre Jurista Pátrio".

Esta é a íntegra de uma mensagem telegráfica de condolências enviada pela Associação Goiana do Ministério Público à sua Co-Irmã da Bahia, na pessoa do seu Presidente, Dr. José Gomes Brito, acolhendo proposição de seu Diretor Cultural, Dr. Ercílio Ferreira dos Santos, reconhecendo assim a indiscutível e valiosa contribuição transmitida pelo ilustre Professor Orlando Gomes aos estudiosos e a aplicadores do Direito.

Sexta-feira, 29 de julho úl-

timo - horas antes do início da Assembléia Geral Extraordinária realizada pela AGMP - noticiava-se, via imprensa falada e televisada, o lamentável passamento do Professor Orlando Gomes, um dos últimos e renomados juristas da primeira metade do século findante, ex-integrante da Comissão de Alto Nível incumbida da Reforma do Código Civil Brasileiro (e autor do "Anteprojeto" desse mesmo Código), o ilustre extinto era um festejado lente das Universidades Baianas.

Por demais conhecido e respeitado por seus brilhantes Pareceres e Teses jurídico-doutrinárias de incontestável valor, deixou um legado de nada menos que vinte e cinco importantíssimas obras, com acentuada predominância no campo do Direito Privado.

## Fatos Sociais

### NASCIMENTOS

#### Matheus Rassi

Filho do Dr. Roberto Rassi (médico) e Drª Mara Rocha da Costa (advogada). Nasceu no dia 02.08.88, na Maternidade de Maio, em Goiânia. Avós maternos: Dr. José Pereira da Costa (Procurador de Justiça e Presidente da Associação Goiana do Ministério Público) e dona Maria Rocha da Costa. Avós paternos: Assif Rassi e Celuta Martim Rassi.

**A Diretoria da AGMP compartilha da alegria dos pais e familiares do recém-nascido, desejando-lhe vida longa e cheia de felicidades.**

### CASAMENTOS

#### Sônia Maria/José Orlando

Cerimônia religiosa realizada no dia 24 de setembro, às 20 horas, no Santuário do Ateneu Dom Bosco. Pais da noiva: Dr. Walter Mendes Tenório (Procurador de Justiça) e dona Sônia Costa Tenório. Pais do noivo: Isalino Forzani e dona Iolanda Rodrigues Forzani.

**Aos noivos os cumprimentos da Diretoria da AGMP, que lhes deseja felicidade na vida conjugal.**

### FALECIMENTOS

#### Dona Justina Correa Lima

##### News

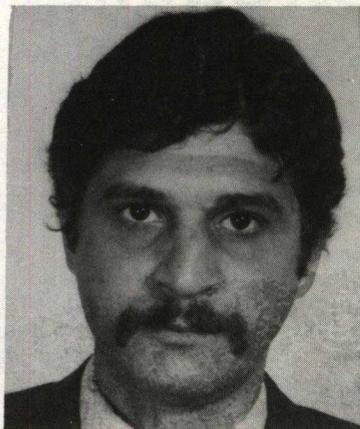
Sogra do Dr. João Nunes Leite (Promotor de Justiça de Goiânia) faleceu no dia 06.07.88. Deixou 12 filhos, 34 netos, 54 bisnetos e 4 tataranetos, além de genros e noras. "Sua ausência deixará sempre em nós indelével marca de ternura e de saudade", diz mensagem dos seus familiares.

#### Agostinho Bicudo da Rocha

Pai da Drª Antônia de Paula Rocha (Promotora de Justiça) faleceu de insuficiência cardíaca, no dia 20 de outubro de 1988, em Goiânia, onde foi sepultado no Cemitério Jardim das Palmeiras. Ele tinha 86 anos de idade, era viúvo de Donatila de Paula Rocha e deixou seis filhos e oito netos.

**A Diretoria da AGMP, ainda abalada com as perdas irreparáveis, leva seus sentimentos e confortos às famílias atingidas pela dor da fatalidade.**

## PROMOÇÕES



## Pedro Tavares Filho

Por decreto governamental de 21 de setembro deste ano foi promovido ao cargo de Procurador de Justiça, para atuar na área criminal, o Dr. Pedro Tavares Filho, que era titular da Promotoria de Justiça de Quirinópolis.

Natural de Pedro Afonso, 41 anos, filho de Pedro Tavares dos Reis e dona Maria Altair Moura Tavares, Dr. Pedro Tavares Filho iniciou na carreira do Ministério Público em 1979, quando foi nomeado para a comarca de Rialma depois de aprovação em concurso público de provas e títulos.

Em seguida, seguiu nas comarcas de Carmo do Rio Verde, Itapaci e por último em Quirinópolis, de onde veio promovido para o cargo de Procurador de Justiça.



## José Armindo Seixas de Castro

No dia 27 de setembro o Dr. José Armindo Seixas de Castro, Promotor de Justiça de 3ª Entrância da Comarca de Goiânia, foi indicado pelo Procurador Geral de Justiça à promoção para o cargo de Procurador de Justiça, pelo critério de antiguidade, em lista uninominal.

Ele ingressou no Ministério Público em 1950, por concurso aprovado em 1º lugar, afastando-se por 10 anos e depois sendo readmitido em 1961. Representou o Ministério Público nas comarcas de Baliza, Aragarças, Niquelândia, Itauçu, Cristalina, Corumbá de Goiás, Uruaçu, Mara Rosa, Mineiros, Portelândia, Santa Rita do Araguaia, Formosa, Planaltina de Goiás, Porangatu, Pires do Rio, Caiapônia, Buriti Alegre, Santa Cruz de Goiás e Goiânia (Juizado de Menores, Precatórias e Casamentos e Corregedoria do Ministério Público).

## Posse em São Paulo

No dia 29 de setembro, no salão nobre da Procuradoria Geral de Justiça, em São Paulo, foi empossada a nova diretoria da Associação Paulista do Ministério Público, eleita para o biênio 1988/1990. Após a solenidade de posse, foi oferecido aos convidados um coquetel-jantar de confraternização.

As autoridades empossadas são as seguintes:

Presidente: Antonio Araldo Ferraz dal Pozzo

1º Vice-Presidente: Hugo Nigro Mazzilli

2º Vice-Presidente: Walter Paulo Sabella

1º Secretário: Renato Martins Costa

2º Secretário: Maurício Augusto Gomes

1º Tesoureiro: Bernardo Ferreira Fraga

2º Tesoureiro: José Juarez Staut Mustafá

Patrimônio: Chirochi Onki

Relações Públicas: Antonio de Pádua Bertone Pereira

**Conselho Fiscal:**  
José Arnaldo Vianna Clone, João Baptista Mimesse Gonçalves e Antonio de Paiva Carvalho

**Suplentes:**  
José Haroldo Martins Segalla, Luiz Antonio Nunes e Orides Boiati

**Departamentos:**  
Aposentados: Roberto Gugliotti

Seguros: Álvaro Mistura Filho  
Eventos Especiais: Fábio Antonio Guimarães

Cultural: Amaro Alves de Almeida Neto

Comunicações: Ruy Alberto Gatto

Legislação: Paulo Celso Ayrosa Monteiro de Andrade

Jurisprudência Civil: Renata Helena Petri Gobbet

Jurisprudência Criminal: Carlos Fernandes Sandrin

Médico: Vandir Natal Casagrande

Esportes: Nelson Gonzaga de Oliveira.

## Posse no Rio de Janeiro

No salão nobre do Clube Ginástico Português, a partir das 18 horas do dia 29 de agosto, aconteceu a solenidade de posse dos membros da nova diretoria e do Conselho Deliberativo da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o biênio 1988/1990.

### Diretoria

Presidente: Assy Mirza Abraham

Vice-presidente: Ronaldo de Medeiros e Albuquerque

Secretário Geral: Maurício Assayang

Diretor Cultural: Hugo Jerke

Diretor Tesoureiro: Vera de Souza Leite

Diretor Social: Elizabeth José Barreto

Diretor de Relações Externas: Paulo Frederico Bandeira de Melo

Diretor Assistencial: Maria do Carmo dos Santos Casa Nova

**Conselho Deliberativo**

Antônio Carlos Silva Biscala, Brasilmar Moraes Pinheiro, Caludio Ramos, Celma Pinto Duarte de Carvalho Alves, Célia de Araújo Costa, Dario Micheli Gadelha, José Carlos Paes, Lucia Neves de Oliveira, Leny Costa de Assis, Leônio de Aguiar Vasconcelos, Luiz Carlos Caffaro, Marcelo M. Domingues de Oliveira, Mauro Silva Guedes, Regina Buaiz e Stênio Lutgardes Neves.

## Posse no Pará

Realizou-se no dia 12 de agosto, em Belém, a solenidade de posse da nova diretoria da Associação do Ministério Público do Estado do Pará, para o biênio 1988/1990.

### Assembléia Geral

Presidente: Natanael Farias Leitão

Vice-Presidente: Eduardo Lassance de Carvalho

### Diretoria

Presidente: Edith Marília Maia Crespo

1º Vice-Presidente: Wilibald Quintanilha Ribas

2º Vice-Presidente: Manoel Santino Nascimento Júnior

1º Secretário: Geraldo Magela Pinto de Sousa

2º Secretário: Eliomar Gonçalves de Matos

1º Tesoureiro: Maria de

Lourdes da Silveira

2º Tesoureiro: Manoel da Silva Castelo Branco

Diretor do Patrimônio:

Geraldo de Mendonça Rocha

Diretor de Relações Públicas:

Mariza Machado da Silva Lima

Diretor Cultural: Luiz Ismaelino Valente

Diretor de Esportes: Antonio Educardo B. de Arruda

Diretor de Publicações:

Wanda Lucsynshi

### Conselho Fiscal

Américo Duarte Monteiro, Cláudio Bezerra de Melo, Maria do Carmo P. Gonçalves.

**Suplentes:** Maria da Penha de Mattos Dias, Leila Maria Marques de Moraes, Marcos Antonio F. das Neves.

## Avanços da nova carta

A Vice-Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público, Dra. Elza Rodrigues Lugon, que também é Presidente da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, está agradecendo em nome do Ministério Público Brasileiro e das entidades que representa, o apoio e o empenho dispensados pelos Presidentes de Associações Estaduais do Ministério Público às reivindicações hoje consolidadas na nova Carta Magna.

Segundo ela, as conquistas significam os mais profícuos e representativos avanços da nova ordem jurídica institucional, "garantindo à Instituição os instrumentos necessários ao desempenho do honroso mister de defensora da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis."

Para tanto, será realizado um jantar de confraternização no dia 3 de novembro próximo, às 20 horas, na sede social do Clube do Congresso, no SGA/Sul, quando a CONAMP e AMPDFT esperam reunir representantes do Ministério Público de todos os Estados.

## Posse em Pernambuco

A Associação do Ministério Público de Pernambuco empossou no dia 11 de agosto a sua nova diretoria e conselho eleitos em junho deste ano para o biênio 1988/1990. De acordo com a comunicação feita pelo Dr. Massilon Tenório de Medeiros, a nova diretoria da entidade ficou assim constituída:

Presidente: Massilon Tenório de Medeiros;

1º Vice-Presidente: Hugo Cavalcanti Melo;

2º Vice-Presidente: Maria Nely Lima Ribeiro;

1º Secretário: Waldério Siqueira Vasconcelos;

2º Secretário: José Oliveira Santos;

1º Tesoureiro: Oswaldo Evaristo da Cruz Gouveia Filho;

2º Tesoureiro: Paulo Bartolomeu Rodrigues Varejão.

O Conselho é composto por Antonio Victor de Araújo Filho, Fernando Antonio Cabral de Freitas Henriques, Hilton Victalino de Azevedo Mello, José Tavares e Paulo Pires de Almeida Amazonas.

# APOSENTADORIAS

## Myrthes de Almeida Guerra Marques

Aposentou-se no cargo de Procuradora de Justiça a Dr<sup>ª</sup> Myrthes de Almeida Guerra Marques, que ingressou no Ministério Público, por concurso público, em 28 de junho de 1961, assumindo o cargo de Promotora de Justiça de Urutal. Antes, ela exerceu atividades no Departamento Estadual de Estatística, de 1957 a 1961, habilitada que foi em concurso público.

Durante sua carreira no Ministério Público, funcionou como representante do órgão nas comarcas de Natividade, Inhumas, Filadélfia, Jaraguá e Goiânia. Em 14 de junho de 1977, foi promovida por decreto governamental ao cargo de Procuradora de Justiça. Participou da Comissão Coordenadora do I Encontro Regional do Ministério Público de Goiás. Foi Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça; funcionou junto à 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado; exerceu o cargo de Corregedor Geral do Ministério Público; integrou o corpo de examinadores de Processo Penal e Legislação do Ministério Público e Código de Organização Judiciária de concurso público à Carreira do MP; foi eleita para compor o Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Goiás; e designada para compor a junta eleitoral da 126ª Zona de Goiânia.

Exerceu ainda o cargo de Diretora de Relações Públicas da AGMP



nos biênios 75/77, 77/79 e 79/81, assumindo a Vice-Presidência da entidade no biênio 81/83. No mandato seguinte, foi eleita Presidente da Associação, cargo que exerceu até 30 de janeiro de 1988. Exerceu por eleição uma das Vice-Presidências da CONAMP, em 1987. Além disso, teve ativa participação em congressos, simpósios, seminários e encontros. É portadora de vários diplomas e cursos de especialização.

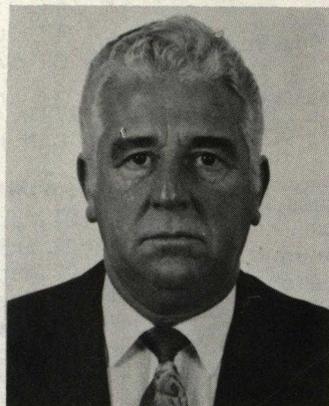
## Reynaldo Edreira Martins

O Dr. Reynaldo Edreira Martins, 57 anos, atuando no Ministério Público desde 1959, requereu aposentadoria no cargo de Procurador de Justiça. Natural de Ipameri, onde deu os primeiros passos escolares, Dr. Reynaldo Edreira formou-se em Direito em 1958 pela Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro da Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro (RJ).

Ingressou no Ministério Público em 15 de outubro de 1959 em Comissão e depois, em 10 de outubro de 1961, por concurso público. Foi titular das comarcas de Hidrolândia, Petrolina de Goiás, Leopoldo de Bulhões, Formosa, Orizônia, Corumbaba, Pires do Rio, Catalão e Goiânia (Tribunal do Júri).

Em 1974, foi nomeado Procurador de Justiça Substituto até 1978 quando foi promovido por merecimento.

Exerceu as funções de corregedor Geral do Ministério Público, Assessor do Procurador Geral de Justiça, membro do Conselho Superior do Ministério Público, Secretário do Colégio de Procuradores, atuou junto às Câmaras



Criminais Reunidas e 1ª Câmara Criminal, com assento por seis anos como representante do Ministério Público. Sempre teve uma atuação destacada nas atividades que desenvolveu dentro do Ministério Público.

## Alarico Araújo Caldas

“Se pudesse, começaria tudo de novo”. Assim reagiu o Dr. Alarico de Araújo Caldas, Procurador de Justiça recentemente promovido, que solicitou aos órgãos competentes sua aposentadoria por tempo de serviço. “Ao longo deste período dei ao Ministério Público e à Justiça tudo de mim, sendo recompensado pela lição de vida e caridade cristã”, completou.

Natural de Luziânia, 59 anos, Dr. Alarico de Araújo Caldas ingressou no Ministério Público mediante concurso público que se submeteu no ano de 1958, sendo nomeado para a comarca de Dianópolis pelo então governador José Feliciano Ferreira.

Representou o Ministério Público nas comarcas de Dianópolis, Mineiros, Caiapônia (titular), Rubiataba, Goianésia, Luziânia, Cristalina, Formosa. Na cidade de Luziânia permaneceu quase nove anos, com mais de 80 júris.

Em junho de 1978 foi removido para Anápolis, tendo sido nomeado supervisor das oito Promotorias por um período de nove anos. Neste período respondeu ainda cumulativamente pelas



comarcas de Pirenópolis e Nerópolis. Por decreto governamental de 1º de agosto de 1988, foi promovido ao cargo de Procurador de Justiça, pelo critério de antiguidade, como se infere no Diário Oficial de 08.08.88.

## Mauro de Freitas Corrêa

O professor Mauro de Freitas Corrêa, que foi nomeado para o cargo de Promotor de Justiça de 1ª Entrância de Nazário em junho de 1966, após habilitação em concurso público, requereu aposentadoria no cargo de Procurador de Justiça por tempo de serviço prestado.

Durante sua carreira no Ministério Público, Dr. Mauro de Freitas Corrêa representou o órgão nas comarcas de Nazário, Nerópolis, Uruaçu, Quirinópolis, Pirenópolis, Petrolina de Goiás, Trindade e Goiânia (3ª Promotoria de Justiça, 8ª Promotoria de Justiça, 18ª Promotoria de Justiça e Procuradoria Geral de Justiça).

Por merecimento, foi promovido ao cargo de Procurador de Justiça em 1976, pelo decreto governamental de 16 de junho. Foi suplente e membro do Conselho Superior do Ministério Público, Assessor do Procurador Geral de Justiça, tendo atuado junto à 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado e às Câmaras Reunidas do mesmo Colendo.

Ainda quando ocupava o cargo de Promotor de Justiça da comarca de Goiânia, por decreto de 30 de janeiro de 1977, foi nomeado para exercer as funções de Secretário da Segurança Pública.



Paralelamente à carreira no Ministério Público, Dr. Mauro de Freitas Corrêa desenvolveu exitosa atividade no Magistério Superior. É professor titular na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, sendo portador de vários e importantes títulos, entre os quais o de Doutor em Direito e Livre Docente (só o Dr. Sebastião Maia de Menezes tem, também, estes títulos no Ministério Público de Goiás).

## Henrique Barbacena Neto

Natural de Goianira, 45 anos, formado em Direito pela Universidade Católica de Goiás, turma de 1967, o Dr. Henrique Barbacena Neto, Procurador de Justiça, requereu aposentadoria com base no seu tempo de serviço público. Foi comerciante e, por concurso, funcionário do DNER. Foi Delegado de Polícia, por concurso, da Secretaria de Segurança Pública de Goiás. Aprovado com idêntica classificação nos concursos realizados em 1969 para ingresso no Ministério Público e na Magistratura de Goiás, foi nomeado Juiz de Direito da 19ª Zona Judiciária, mas, optando pela carreira do Ministério Público, não assumiu o cargo de Juiz.

No Ministério Público, iniciou-se como Promotor de Justiça de Mossamedes e, tendo sido Promotor da Justiça Militar e Promotor de Justiça Substituto de 2ª Instância, ascendeu ao cargo de Procurador de Justiça no final de 1977. Como Procurador de Justiça atuou sempre na área criminal.

Na Procuradoria Geral de Justiça foi Chefe de Gabinete, Corregedor-Geral Substituto, Secretário do Colégio de Procuradores, membro de Comissão de Concurso e de Banca Examinadora, membro e presidente de Grupo de Trabalho encarregado de estruturar quadro de pessoal dos Serviços



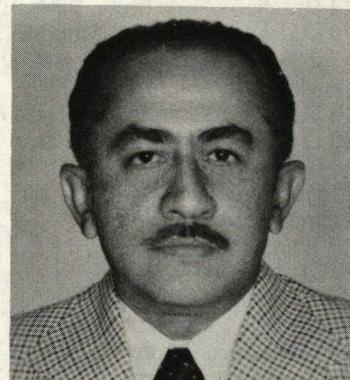
Auxiliares do Ministério Público e membro da Comissão Especial que elaborou o anteprojeto de Lei Orgânica do Ministério Público e da Emenda Constitucional nº 52, tendo sido o relator dessa comissão. É atualmente membro do Conselho Superior do Ministério Público, eleito pelos Promotores de Justiça. Tem vários outros trabalhos jurídicos e títulos.

## Grijalva Valente de Barros

O Dr. Grijalva Valente de Barros, natural do Piauí, onde formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Teresina, hoje pertencente à Universidade Federal do Piauí, no ano de 1957, requereu aposentadoria como membro do Ministério Público.

Ele ingressou no MP em dezembro de 1962, como titular da promotoria de Justiça de Mateira (Paranaiguara). Durante dois anos esteve em substituição na Promotoria de Quirinópolis. Promovido para a Promotoria de Corumbaba em julho de 1969, dali passou para responder por uma das promotorias de Rio Verde, onde ficou apenas um ano, voltando para Corumbaba em agosto de 1976.

Em novembro deste ano foi comissionado na Promotoria de Justiça de Catalão, tendo sido titular das promotorias de Piracanjuba e São Luis de Montes Belos. Finalmente foi promovido para titular da 3ª Promotoria de Justiça de Itumbara em 1978, sendo posteriormente removido para a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Catalão.



Em 6 de maio deste ano completou 35 anos de serviço público. Nas cidades de Paranaiguara e Corumbaba foi professor de História Geral, O.S.P.B e Educação Moral e Cívica. Respondeu ainda pelas promotorias de Cachoeira Alta, Goiandira e Cumari.

# ANIVERSÁRIOS

## JANEIRO /89

### PROCURADORES:

- 12 Dr. José Corrêa Guimarães
- 15 Dr. Max Esteves Pereira
- 19 Dr. Eduardo Corrêa Barbosa
- 28 Dr. Gilson Carvalho
- 29 Dr. Antônio Geraldo Ramos Jubé
- 29 Dr. Sebastião Maia de Menezes
- 30 Dr. Decil de Sá Abreu

### PROMOTORES:

- 05 Dr<sup>a</sup> Maria do Carmo Domingos Taufick
- 09 Dr. Waldir Lara Cardoso
- 09 Dr<sup>a</sup> Yara Alves Ferreira Silva
- 12 Dr. Helton de Moraes Sarmento
- 13 Dr. Areovaldo Moreira Barra
- 15 Dr<sup>a</sup> Antônia de Paula Rocha
- 15 Dr. Sullivan Silvestre Oliveira
- 17 Dr. Ari de Oliveira
- 19 Dr. Alfredo Mariano
- 19 Dr. Waldir Lara Cardoso
- 20 Dr. Sebastião Simões de Araújo
- 20 Dr. João Nunes Leite
- 23 Dr<sup>a</sup> Edna Buso de Barros Rodrigues
- 23 Dr. Demostenes Lázaro Xavier Torres
- 25 Dr<sup>a</sup> Aldair Maria de Souza Rocha
- 26 Dr<sup>a</sup> Anália Rabêlo Montes Elias
- 27 Dr<sup>a</sup> Laline Moreira dos Santos
- 29 Dr<sup>a</sup> Marinete Coutinho Mendonça
- 29 Dr<sup>a</sup> Marlem Gladys Ferreira Machado Jayme

- 30 Dr<sup>a</sup> Dilene Carneiro Freire

### FAMILIARES:

- 01 Vinícius de Figueiredo Martins
- 01 Maria de Lourdes Rocha
- 03 Thais de Souza Afonso da Silva
- 04 Jacy Oliveira de Castro
- 04 João Victor Alves Ribeiro
- 04 Maria do Socorro Rabelo B. Evangelista
- 04 Thais Porto Tavares
- 04 Manir Miguel da Rocha Neto
- 05 Aurora Augusta Cavalcante
- 05 Marly Halila Vieira
- 05 Flávia Vieira de Freitas
- 06 Tiago de Souza Afonso e Silva
- 08 Lara Regina dos Santos Maia
- 09 Carlos Henrique Fernandes
- 12 Rogério Menezes Magalhães
- 12 Júlia Maria Neri Ribeiro
- 13 Rodolfo Milhomem de Souza
- 13 Audriane Cristina de A. Gontijo
- 13 Alexandre de Barros Araújo
- 13 Ilzaete Milhomem de Souza
- 13 Nísia Ferreira Cavalcante
- 13 Sônia Luiza Porto Tavares
- 13 Walquíria de Barros Araújo
- 14 Pedro Tavares Neto
- 14 Desclieux Ferreira da Silva Júnior
- 16 Ludmila Fernandes Mendonça
- 17 Ediberto Marcolina Vieira Filho
- 18 Marielza Mendonça Leão
- 19 Manoel Luiz de Freitas Neto da Paz
- 20 Lívia Simone Lopes Barbosa
- 20 Rogério Teixeira Cavalcante
- 21 Guilherme P. A. de Oliveira
- 21 Inez Lopes Barbosa
- 22 Whaslen Fagundes
- 23 Cristiane Bandeira de Melo
- 23 Rogério Taufick Miguel
- 25 Cláudia Pereira de Faria
- 27 João Joca Costa Araújo
- 28 José Carlos Borges
- 28 Bruno Resende da Silveira
- 28 Hither Mussolini Domingues Pachec
- 29 Rosália Flores Pinto
- 29 Roniclay Alves de Moraes
- 30 Ecy Augusta Fleury de Carvalho

- 30 Martha Melgaço da Silva Luz

- 30 Kelly Miguel F. da Rocha

- 31 Aparecida Batista Rodrigues

### FUNCIONÁRIA:

- 05 Onésia Rosa Mendes

### NOVEMBRO (11)

#### PROCURADORES:

- 06 Dr. Cacildo Martins Ferreira
- 08 Dr. Domingos Juliano
- 09 Dr. João de Moura Coutinho
- 16 Dr. José Frazuzino Pereira Sobrinho
- 25 Dr. Carlos de Oliveira e Silva

#### PROMOTORES:

- 03 Dr<sup>a</sup> Luzia Vilela Ribeiro
- 04 Dr. Paulo de Faria Mendonça
- 06 Dr<sup>a</sup> Marilda Helena dos Santos
- 08 Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Belchior Moraes Guimarães
- 11 Dr<sup>a</sup> Nelma Branco Ferreira Perilo
- 12 Dr. Hélio Corrêa
- 12 Dr<sup>a</sup> Odiléia Fiori Tosi
- 13 Dr<sup>a</sup> Leila da Costa Vilela
- 14 Dr. Ulysses de Oliveira Campos Júnior
- 18 Dr. Waldir Celestino Chaves
- 19 Dr. Álvaro de Campos Rios
- 20 Dr<sup>a</sup> Lenir Pedrosa Soares Corrêa
- 20 Dr<sup>a</sup> Maria do Socorro de Souza Afonso e Silva
- 26 Dr. Jorge Gabriel Moisés
- 27 Dr. Allah de Santana Jardim

#### FAMILIARES:

- 01 Dalila Neves Nunes Leite
- 02 Litiene Rodrigues de Oliveira
- 02 Lêdo Antônio Simão
- 02 Terezinha Xavier Alves da Costa
- 03 Maria da Penha Carvalho Daher
- 03 Letícia Maria Xisto
- 03 Ricardo Vilela Ribeiro
- 03 Harlen Inácio dos Santos
- 03 Eduardo Gebrim Braga
- 04 Eduardo Abdon de Moura
- 05 Helen Luiza Vilela Ribeiro
- 07 Cláudia de Olivera e Silva
- 08 Flávia da Silva Simão
- 08 Evelyn Belchior Guimarães
- 08 Fábio César Mariano
- 09 Irene Pinheiro de Araújo
- 10 Marília da Silva Aguiar
- 10 Dora de Azevedo Lima Montoro
- 12 Alessandra Urany de Castro
- 12 Daiana Nunes Batista Cordeiro
- 12 Fabíola Fleury de Souza
- 12 Vera Helena Oliveira Campos
- 12 Gustavo Figuereso Santos
- 13 Marina Couto Mendonça
- 13 Luiza Margarida Bittencourt Barbacena
- 13 Soraya Cristiane Nascimento Sarmento
- 15 Cristina Marília de Lima e Silva
- 16 Dr. Ediberto Marcolino Vieira
- 16 Diogo Petroni Caiado Fleury
- 17 Tatiana de Souza Afonso da Silva
- 18 Ana Alves Monteiro Galembeck
- 18 Elvira Silva Aguiar
- 18 Fabiana de Barros Araújo
- 19 Maria Rocha da Costa
- 20 Mário Gomes de A. Neto
- 22 Wallace Fagundes
- 24 Ramon Rodrigues Garcia
- 25 Salomão Pinheiro Coelho Júnior
- 25 Izabel Cardoso Gomes Pinto
- 26 Rodrigo Gabriel Moisés
- 26 Alaíde Craveiro Gomes de Oliveira
- 28 Célia Marize Silva Alvim
- 29 Jesciley Furtado de Almeida
- 29 Camila Fernandes Mendonça

- 30 Esmeralda Moreira Prudente

- 30 Murillo Mascarenhas Nascente

- 30 Reduzina de Souza Lamounier

- 30 Jovenília Ribeiro Leão Ogawa

### FUNCIONÁRIOS:

- 11 Marli Moura do Nascimento

- 19 Sirley dos Santos Sousa

### DEZEMBRO (12)

#### PROCURADORES:

- 04 Dr. José Pereira da Costa
- 04 Dr. Antônio Iran Albuquerque de Aguiar
- 06 Dr. Aziz Américo de Araújo
- 07 Dr. Antônio Cupertino Xavier de Barros
- 13 Dr. Benedito de Queiroz Barreto
- 18 Dr. Joel de Sant'Anna Braga
- 23 Dr. Afonso Gomes de Oliveira

#### PROMOTORES:

- 02 Dr. Divino Fernandes dos Reis
- 03 Dr<sup>a</sup> Terezinha de Jesus Macedo Motta
- 05 Dr. Geraldo de Oliveira e Silva
- 05 Dr. Gustavo Antônio Coutinho
- 07 Dr. Juracy Batista Cordeiro
- 08 Dr<sup>a</sup> Maria da Conceição Rodrigues dos Santos
- 11 Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida Franco de Assis Costa
- 21 Dr. Aldo Pires Ribeiro
- 21 Dr<sup>a</sup> Analice Borges Stefan
- 21 Dr<sup>a</sup> Regina Helena Viana
- 21 Dr. Orlandino Barbosa de Lima
- 23 Dr. Alcides Dias Souto
- 24 Dr. José Tharcilo de Assis
- 27 Dr. Adalcino Francisco dos Santos
- 28 Dr. Hermano Francisco dos Santos.

#### FAMILIARES:

- 01 Marco Aurélio de Freitas Resende
- 02 Luciano do L. Paranaguá
- 02 Maria Augusta Tristão Nogueira Paranaguá
- 03 Juracy da Silva Rates
- 03 Maria Aparecida da Silva
- 04 Euny Velasco Barra
- 04 Lilian Carla Oliveira e Silva
- 05 Núbia Gesny Rocha Marinho
- 06 Renata Neves Souto
- 07 Tatiana Luiza Souza Coelho
- 08 Ivone de Campos Corrêa
- 09 Diana Costa Araújo
- 09 Simone Cristina Nascimento Sarmento
- 10 Kátia Miguel Ferreira da Rocha
- 12 Alberto Luiz Freire de Menezes
- 13 Juliana de Freitas Pedrosa
- 14 Luzia Helena Vilela Ribeiro
- 15 Itaé de Santana e Silva Jayme
- 16 Disney Chapin Milhomem de Souza
- 17 Sérgio Divino Carvalho Filho
- 18 Paulo Frederico Galembeck
- 18 Sônia Costa Tenório
- 18 Karla Andrade Costa
- 21 Nance Mascarenhas Nascente
- 22 Zita de Castro e Silva
- 23 Valéria B. Rodrigues
- 24 Myrian Ferreira de Carvalho Melo
- 26 Ottoniel Almeida Leão
- 27 Julieta Azevedo Souza
- 27 Vera Lúcia Paula e Silva
- 28 Ivone Maria de Castro Borges
- 30 Maria de Lourdes Fleury de Sena Ayres